

Gênero e Governança

NESTA EDIÇÃO:

- **Gênero e governança: um panorama geral**
- **30 anos de CEDAW: histórias de mudança no Egito**
- **Colocando em prática as leis de combate à violência com base em gênero nas Filipinas**

Os processos de governança – com sua ênfase nos princípios de prestação de contas, transparência, responsividade e inclusão – devem ser um meio para a transformação social. Contudo, apesar deste potencial, esses processos não têm sido capazes de promover a igualdade de gênero. As mulheres ainda precisam lutar para serem ouvidas e terem suas necessidades atendidas e as organizações de mulheres continuam batalhando pelo reconhecimento dos direitos das mulheres e por mecanismos adequados de prestação de contas. Por que isso acontece e quais as ações que possibilitariam a realização desse potencial para o empoderamento das mulheres e para se alcançar a justiça social? Este *In Brief* mapeia os obstáculos ainda persistentes em relação à igualdade de gênero na governança, tais como a desigualdade de gênero em posições de autoridade. Também apresenta caminhos a serem seguidos para que direitos se tornem parte central da governança e se construa uma vontade política para a mudança. Os estudos de caso das Filipinas e do Egito mostram como os esforços combinados de órgãos de governança e da sociedade civil podem desempenhar um papel chave para garantir a aprovação e implementação de leis voltadas para transformar as relações de gênero.

Gênero e governança: um panorama geral

ALYSON BRODY BRIDGE

“EU FUI ELEITA. Antes eu não podia sair, não podia falar nunca. Eu aprendi a falar, a usar o microfone. Agora que o microfone veio para a minha mão, ele vai continuar comigo por toda a minha vida – ninguém pode tirá-lo”

(Murawarunissa, Índia, citado em Mukhopadhyay 2004: 37, tradução livre)

Por que o foco em gênero e governança?

Geralmente as mulheres são excluídas do processo de decisão, desde o âmbito doméstico até os níveis mais elevados de governo. A participação igualitária das mulheres na governança é, portanto, um importante fim – um reconhecimento de seu direito de falar e de serem ouvidas. De forma mais abrangente, trata-se de um meio de transformação social. As instituições de governança moldam percepções sobre os papéis que as mulheres e os homens desempenham na sociedade, além de determinarem seu

acesso a direitos e recursos. Envolver as mulheres na definição dessas políticas e processos e na modelagem das instituições que os produzem aumenta a probabilidade de essas políticas e processos se tornarem mais adequados às diferentes necessidades e situações, tanto das mulheres como dos homens, contribuindo assim para a promoção da igualdade de gênero.

Então, o que é governança?

‘Governança’ é um termo capcioso com várias definições, que variam de acordo com a pessoa sobre a qual se está falando e com o contexto onde o termo é usado. De uma forma simples, a governança se refere à tomada de decisão por uma gama de pessoas interessadas (ou stakeholders), inclusive aqueles em posição de poder e ‘cidadãos comuns’. Essas decisões têm um forte impacto sobre a forma como os homens e as mulheres vivem suas vidas, sobre as regras que devem obedecer e sobre as estruturas que determinam



Mulheres para presidente: Nomusa Dube, eThekwini, Palestrantes do Município em na oficina Gender Links sobre gênero, eleições e mídia às vésperas das eleições de 2004 na África do Sul. (Fotógrafo: Trevor Davies, SAMSO)

onde e como eles trabalham e vivem. Elas também moldam a forma como os recursos públicos são alocados e se os serviços levam em consideração as necessidades e os interesses tanto das mulheres quanto dos homens.

Provavelmente, a primeira instituição de governança que vem à mente é o governo. Tanto nos países do Sul quanto do Norte, as decisões governamentais criam e perpetuam desigualdades de gênero – mas os governos continuam a ser uma peça central da solução. Contudo, os governos nacionais não são os únicos a tomarem decisões sobre nossas vidas; as instituições globais de governança, como as Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), também tomam decisões sobre nosso mundo, assim influenciando as decisões tomadas pelos governos nacionais.

Por sua vez, as organizações da sociedade civil (OSCs) e os cidadãos comuns desempenham um papel chave – de pressionar os governos para que estes tomem medidas para combater a desigualdade de gênero e para que assumam a responsabilidade pelos compromissos assumidos. Os artigos do *In Brief* a seguir ilustram bem isso. No Egito, uma coalizão de ONSs, com o apoio do Conselho Nacional Egípcio para as Mulheres, tem pressionado o governo a prestar contas de seus compromissos com os direitos das mulheres, usando a Convenção da ONU sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW). Nas Filipinas, o governo local – com apoio das OSCs e de grupos de mulheres – está liderando a implantação de uma legislação nacional de enfrentamento à violência com base em gênero.

Quais as metas e os princípios da governança?

Muitas agências e organizações vêem a governança eficaz como um caminho para, por exemplo, a redução da pobreza e a construção de sociedades mais igualitárias, democráticas e livres de corrupção. Alguns vêem o crescimento econômico e a eficiência como a melhor forma de alcançar essas metas-fim. Para outros, a governança deve promover justiça social e igualdade de gênero e assim realizar os direitos de todos os cidadãos.

Por sua vez, esses diferentes atores

avaliam a eficácia da governança com base na sua capacidade de prestação de contas, transparência e abrangência e na responsividade das instituições de governança em relação a seus cidadãos. Esses princípios – se definidos, aplicados e medidos de forma a refletir as preocupações com gênero – podem melhorar o desempenho das instituições de governança. Por exemplo, os processos de governança inclusivos que envolvem os homens e mulheres de forma significativa têm maior probabilidade de resultar em programas que atendam às necessidades de ambos, tornando-se, assim, mais eficientes. Da mesma forma, os mecanismos de responsabilização, elaborados especificamente para que as mulheres possam cobrar dos governos que estes prestem contas de seus compromissos com a CEDAW, permitem que as mulheres tenham acesso a seus direitos.

Por que a governança que considera o gênero é tão importante?

Precisamos de uma governança eficaz, baseada nos princípios descritos acima, em todos os níveis – do global ao local e nos países do Sul e no Norte. Como a governança pode ser eficaz se não levar a um mundo mais igual, onde as mulheres podem fazer escolhas e seus direitos são cumpridos? Como pode ser eficaz se não levar em consideração e responder às diferentes necessidades e prioridades das mulheres e dos homens no gasto público, na política, legislação e nos tratados? Qual a sua eficácia se as mulheres não são capazes de exercer seu direito a participar nas decisões que afetam suas vidas?

Quais os desafios que enfrentamos?

Incapacidade de lidar com as desigualdades de gênero enraizadas

A despeito do seu relativo progresso, as políticas e a legislação existentes ainda não estão eliminando as desigualdades de gênero. Na realidade, em alguns casos, elas criam ainda mais desigualdades. Um exemplo são as políticas de liberalização comercial, lideradas pela OMC, que têm um forte impacto sobre as trabalhadoras com menos condições de reivindicar direitos trabalhistas. Outro exemplo é o fato, persistente em muitos países, do não reconhecimento do estupro no casamento como crime, o que significa

que os agressores não podem ser processados. Em nível das comunidades, hábitos locais costumam não permitir que as mulheres herdem terras. Embora haja marcos internacionais que combatam essas desigualdades de gênero – na forma da CEDAW e de outros instrumentos de direitos humanos – os países signatários não estão colocando seus compromissos em prática, enquanto outros países – inclusive os EUA – sequer ratificam esses compromissos. Por que tantas instituições de governança continuam a não lidar com essas desigualdades?

Instâncias decisórias dominadas pelos homens

Ainda há muito menos mulheres do que homens com poder de tomar decisões nas instituições de governança. Em 2008, a média mundial de mulheres nos parlamentos era de apenas 17,8 por cento. Nos órgãos mais altos de decisão dos bancos centrais da União Européia há cinco vezes mais homens do que mulheres. Os processos de consulta iniciados pelos governos locais normalmente não envolvem as mulheres o bastante. Até mesmo nas OSC as instâncias decisórias tendem a ser compostas por homens. Por trás dessas desigualdades, persiste a ideia de que o lugar de um homem é o reino “público”, enquanto o papel de uma mulher é gerenciar o reino “privado” do lar.

Processos de governança que geralmente excluem as pessoas responsáveis por prestar cuidados, principalmente as mulheres.

Na realidade, os arranjos de trabalho das instituições de governança costumam ser inflexíveis, fazendo com que as mulheres tenham dificuldade em conciliar o trabalho nas instituições de governança com suas responsabilidades não remuneradas de cuidadoras. Por sua vez, os processos participativos elaborados para envolver os cidadãos no processo de decisão, tais como o orçamento participativo, podem excluir as mulheres, por exemplo, ao não oferecerem creches e outros recursos.

Como a governança pode ser eficaz se não levar a um mundo mais igual, onde as mulheres podem fazer escolhas e seus direitos são cumpridos?

As mulheres não são tratadas com igualdade nas instituições e nos processos de governança

Mesmo quando as mulheres são envolvidas, elas são normalmente mantidas à margem das decisões – confinadas a áreas de políticas ditas ‘leves’ como saúde e educação – enquanto as decisões importantes são tomadas pelos homens em ‘círculos internos’ fechados. Esta marginalização também prevalece nas OSC e nos processos participativos do governo local.

Como seria uma governança com perspectiva de gênero?

A governança com perspectiva de gênero exige que a igualdade de gênero e a realização dos direitos das mulheres estejam no cerne das metas e práticas de governança. As políticas e leis devem considerar as diferentes necessidades, interesses, prioridades e responsabilidades das mulheres e dos homens, assim como seu poder econômico e social desigual. Mas, como observado anteriormente, ainda que a definição de princípios associados à governança eficaz que levem gênero em consideração seja importante, esses princípios devem ser incorporados aos tipos de abordagem concreta apresentados abaixo.

Promovendo a maior participação das mulheres na governança

Para que a governança incorpore a perspectiva de gênero é necessário fazer mais do que simplesmente ‘acrescentar mulheres’ aos parlamentos. No entanto, este é um ponto de partida. As reformas que incluem a perspectiva de gênero nos governos nacional e local – na forma de sistemas de cotas eleitorais e criação de ministérios de mulheres – ajudam a alcançar maior equilíbrio de gênero. As cotas eleitorais estipulam que as mulheres devem constituir um determinado percentual dos membros de um órgão de governança. Por exemplo, com 56,3 por cento, a República de Ruanda apresenta os números mais altos do mundo para a representatividade de mulheres nas assembleias nacionais, devido, em grande parte, ao seu sistema de cotas. Para que as mulheres tirem o máximo proveito das oportunidades que as reformas de governança apresentam, é fundamental também investir tempo e recursos na sua capacitação.

Mudar as próprias instituições de governança

Uma análise de gênero exaustiva das práticas institucionais cotidianas, baseada tanto em avaliações internas como externas, é uma boa forma de descobrir atitudes, comportamentos, pensamentos e políticas que são discriminatórias ou que não levam o gênero em consideração. As prováveis mudanças institucionais necessárias incluem:

- Fazer com que os direitos estejam no cerne das instituições e processos de governança, com sistemas de prestação de contas fortalecidos no sentido de honrar os compromissos internacionais como a CEDAW.
- Garantir que as políticas sejam adequadas a todos os cidadãos, informadas por processos participativos que identifiquem as diferentes necessidades dos homens e das mulheres.
- Assegurar que todos os processos de governança sejam transparentes e responsáveis, com avaliações públicas das instituições de governança em relação a seus esforços para lidar com a desigualdade de gênero e com a participação igualitária das mulheres na governança.
- Capacitação de mulheres e homens nas instituições de governança para entender as questões de gênero e, assim, construir a vontade política necessária para gerar mudanças.
- Promover maior flexibilidade no horário de trabalho e oferecer creches gratuitas ou a preços acessíveis.

Mudando as formas de pensar – a governança é para todos

Por fim, devemos romper com as idéias de governança em vigor, como um domínio privilegiado dos homens – aparte da realidade das pessoas comuns – e inspirar tanto os homens quanto as mulheres a identificarem seus papéis potenciais na construção de uma sociedade transformada, mais igualitária. Como Murawarunissa disse no começo – “Agora o microfone veio para as minhas mãos e vai continuar comigo por toda a vida – ninguém pode tirá-lo”.

Este artigo sumariza o *Relatório de Panorama Geral* sobre “Gênero e Governança” de Alyson Brody (*veja todos os detalhes na última página deste informativo*).

30 anos de CEDAW ...

“NÓS VIMOS uma mudança tangível na situação das mulheres, resultante do uso da CEDAW. Nós sentimos essa mudança. Nós vivemos essa mudança. Então, nós recomendamos a todas as ONGs, de qualquer lugar do mundo, que usem essa ferramenta. Ela é muito importante e pode fazer muita diferença na vida das mulheres”

Membro da Coalizão Egípcia da CEDAW, comunicação pessoal, novembro de 2008

O potencial da CEDAW para alcançar a igualdade de gênero

Já se passaram 30 anos desde que a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) foi concebida. As histórias informais que surgem no mundo todo indicam que a CEDAW tem feito diferença, particularmente graças ao trabalho das mulheres e das OSC voltadas à construção da igualdade de gênero.

A Coalizão Egípcia da CEDAW: contribuindo para mudar a vida das mulheres

A Coalizão Egípcia da CEDAW, com o apoio do Conselho Nacional Egípcio para Mulheres, tem sido essencial na execução da CEDAW como um mecanismo para melhorar os direitos das mulheres e a igualdade de gênero no Egito. As entidades parceiras têm feito “lobby” junto ao governo em diversas questões relativas à CEDAW, tendo terminado o primeiro “Relatório Sombra” da CEDAW em 2001.

Esse relatório – junto ao trabalho de outros grupos em questões como a reivindicação das mulheres por cidadania igual nos termos da Constituição – influenciou o governo egípcio a considerar as desigualdades de gênero na legislação. Várias mudanças resultaram desse processo, especialmente na lei de família. As mulheres egípcias casadas com estrangeiros agora têm o direito de transmitir sua nacionalidade aos filhos. Muitos dos obstáculos legais ao divórcio que as mulheres enfrentavam foram reduzidos como, por exemplo, agora as mulheres podem pedir o divórcio sem o consentimento do parceiro. As restrições à mobilidade das mulheres também foram revogadas. Em particular, as mulheres agora podem solicitar um passaporte sem pedir a aprovação de seus maridos.

histórias de mudança no Egito

ALYSON BRODY BRIDGE

O QUE É A CEDAW?

A Convenção da ONU – CEDAW – foi adotada em 1979 e entrou em vigor em 1981. A CEDAW define o que é discriminação contra mulheres e cria uma agenda de ação nacional para erradicá-la. Os Estados que ratificaram a Convenção se comprometem a planejar e adotar uma série de medidas para combater a discriminação em todos os níveis da sociedade, inclusive mediante a garantia de oportunidades iguais na vida política e pública, assim como acesso igual a emprego, educação e assistência à saúde. A Convenção é única em sua afirmação dos direitos reprodutivos das mulheres. Ela também clama pela modificação das práticas culturais e sociais de homens e mulheres, onde essas práticas possam prejudicar a meta de igualdade de gênero.

O PROTOCOLO OPCIONAL DA CEDAW

Adotado em 1999, o Protocolo Opcional (PO) foi uma inovação – um mecanismo para responsabilizar os governos. Ao garantir a pessoas e grupos o direito a protestar junto ao Comitê da CEDAW em relação a abusos aos direitos das mulheres, o PO permite que o Comitê faça inquéritos sobre esses casos nos países onde o PO foi ratificado. Com o PO, é possível pedir aos governos que expliquem e lidem com as reclamações de violações sérias. Além disso, é possível dar início a investigações. Contudo, o PO só pode ser utilizado quando todos os processos disponíveis em nível nacional forem esgotados.

O que é o Relatório Sombra e quem pode fazê-lo?

Os governos nacionais que ratificaram a Convenção devem apresentar um relatório ao Comitê da CEDAW sobre a situação das mulheres após um ano de ratificação. Além disso, devem apresentar um relatório a cada quatro anos, mostrando o progresso na remoção dos obstáculos à igualdade de gênero. As OSC estão desempenhando um papel de 'vigia' neste processo, através dos Relatórios Sombra da CEDAW. Normalmente, esses relatórios são um conjunto de recomendações das OSC, com base em estudos de caso do país. Embora o Comitê CEDAW não possa obrigar os governos a responderem a essas recomendações, os Relatórios Sombra têm autoridade e costumam ser bastante persuasivos.

Capacitação para a elaboração do Relatório Sombra da CEDAW

Como demonstra o caso da Coalizão Egípcia da CEDAW, as OSC desempenham um papel chave na formulação de recomendações que os governos dificilmente podem ignorar, levando a mudanças significativas na vida das mulheres. O sucesso da Coalizão se deve, em grande parte, a seu compromisso de capacitar suas 40 OSC parceiras, mediante treinamento sobre a CEDAW, e a

promoção de solidariedade entre elas. Um outro fator é o apoio que a Coalizão recebe do Conselho Nacional para as Mulheres – um órgão influente criado em 2000.

As barreiras remanescentes para a CEDAW

Apesar desses sucessos, ainda há barreiras à efetiva implementação da CEDAW. Alguns países, inclusive os EUA, ainda não ratificaram a CEDAW, enquanto outros ainda não adotaram o PO. Até mesmo países que assinaram a CEDAW às vezes

colocam reservas a alguns artigos, geralmente alegando que eles vão contra a cultura local ou crenças religiosas. Por exemplo, apesar de ser progressista em sua resposta à CEDAW, o governo egípcio colocou uma reserva ao artigo 16, sobre 'igualdade em relação ao casamento', alegando como motivo 'as firmes crenças religiosas que governam as relações maritais no Egito e que não podem ser questionadas' (Human Rights Watch 2004). Como a lei Shari'a determina que a responsabilidade do homem é apoiar sua mulher financeiramente, o tribunal de divórcio provavelmente determinará que o lar marital é de propriedade exclusiva do homem, ignorando as contribuições não monetárias ou financeiras que as mulheres dão ao lar durante o casamento.

Apesar desses obstáculos, as OSC podem desempenhar um papel significativo pressionando os governos para que estes apliquem a CEDAW em sua totalidade. O trabalho atual da Coalizão Egípcia da CEDAW, que participa de uma campanha para eliminar as reservas existentes e pela adoção do Protocolo Opcional, é um exemplo promissor.

Nossos agradecimentos a Afaf Marei, Hania Sholkamy, Mulki Al Sharmani e Fatemah Khafagny por sua contribuição a este artigo.

ALYSON BRODY é pesquisadora no Instituto de Estudos de Desenvolvimento da BRIDGE

PREPARANDO UM RELATÓRIO SOMBRA DA CEDAW – ALGUMAS DIRETRIZES

- O relatório inteiro não deve exceder a 35 páginas e deve ser escrito em inglês. Ele deve ser submetido pelo menos dois meses antes do relatório oficial e o Relatório Sombra serem discutidos.
- Deve conter recomendações claras, com base em evidência. As OSC podem reunir informações dos estudos realizados em nível local ou nacional.
- Os bons Relatórios Sombras incluem estudos de caso que refletem as diferentes formas nas quais os direitos das mulheres foram violados.
- As informações sobre esses casos podem ser reunidas mediante entrevistas e questionários simples.

Para mais informações sobre como preparar um Relatório Sombra, consulte:

<http://www1.umn.edu/humanrts/iwraw/proceduralguide-08.html>

ou entre em contato com o Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos em Genebra.

Colocando em prática as leis de enfrentamento à violência com base em gênero nas Filipinas

MARITONA VICTA-LABAJO,

Diretora Executiva, Índice de Desenvolvimento Social (INDEX)

QUANDO OS GOVERNOS adotam legislações progressistas, como podem garantir que elas tenham o impacto desejado? A experiência das Filipinas – onde novas leis de enfrentamento à violência com base em gênero (VBG) e abuso infantil estão sendo adotadas usando um sistema de governança descentralizado – apresenta algumas respostas.

Qual a escala do problema?

Em 2003, a Philippines National Police Women's Desk (Secretaria Nacional de Polícia para Mulheres das Filipinas) registrou 8.011 casos de VBG, 10 por cento deles envolvendo estupro. O abuso infantil também é muito comum: um terço dos sobreviventes da VBG registrados têm menos de 18 anos. Muito dessa violência acontece em casa, nas mãos de um parente do sexo masculino ou de um parceiro. Esses números são bastante preocupantes, mas a verdadeira incidência de violência deve ser ainda maior, já que a maioria dos casos não é registrada por causa de tabus sociais e porque ainda não há uma legislação efetiva.

Medidas legais – a resposta do governo

Em 2004, a Lei Antiviolação Contra as Mulheres e seus filhos foi aprovada nas Filipinas. Com isso, o governo obteve o poder necessário para intervir em casos de violência doméstica ou abuso contra mulheres e crianças, que antes eram considerados assuntos privados que ultrapassavam a jurisdição do Estado. Contudo, as Filipinas reconheceram que a aprovação de leis não basta. Também são necessários esforços no sentido de que o público tome conhecimento dessas leis, saiba como usá-las e se sinta confortável em fazê-lo. Além disso, é necessário criar mecanismos de apoio àqueles que denunciam o abuso.

O papel da governança descentralizada

O que permitiu que essas leis resultassem em mudanças reais foi a natureza altamente descentralizada da governança nas Filipinas. Diferentes unidades do governo, até o nível da barangay (vila), têm sido essenciais no estabelecimento de processos participativos para conscientizar a população sobre o problema da VBG e



Violência Doméstica: Um Outdoor na Namíbia lembrando às pessoas que a violência com base em gênero é contra a lei.

(Fotógrafo: Colleen Lowe-Morna)

sobre as leis que existem para combatê-la. Um exemplo é o município de Binangonan, na ilha de Luzon, que foi escolhido para um projeto comunitário de defesa devido ao grande número de meninas que estão em tratamento por causa de abuso sexual. O objetivo do projeto foi atender às necessidades das

homens na comunidade e desenvolvendo materiais educativos para o público sobre a prevenção, denúncia e tratamento de VBG. Em linha com essas atividades, o governo municipal criou um sistema de referência, além de um mecanismo de resposta interagencial para lidar com os casos relatados de abuso contra mulheres e crianças.

Os resultados

Nos três anos desde o lançamento do projeto, houve um aumento notável no número de casos de abuso denunciados. As autoridades do governo da vila, local municipal, emitiram ordens de proteção contra os agressores e aumentou o número de processos legais impetrados. Além disso, o governo municipal estendeu várias formas de assistência aos sobreviventes de abuso e às suas famílias. Entre elas, há a assistência educacional para vítimas crianças, assistência durante as audiências no tribunal, intermediação

As Filipinas reconheceram que a aprovação de leis não basta. Também são necessários esforços no sentido de que o público tome conhecimento dessas leis, saiba como usá-las e se sinta confortável em fazê-lo. Além disso, é necessário criar mecanismos de apoio àqueles que denunciam o abuso.

vítimas de abuso infantil, especialmente entre as meninas de 7 a 18 anos para, assim, evitar mais violência e incentivá-las a denunciar os casos de abuso. Um comitê diretor, composto de funcionários municipais, nomeou um grupo central de defensores de direitos do gênero e da criança, em nível da barangay, com a tarefa de divulgar essas questões na comunidade.

Foi organizado um seminário municipal para discutir as novas leis e para conversar sobre os direitos das mulheres e das crianças, de uma forma mais geral. Os principais atores do município – inclusive os representantes eleitos da barangay, funcionários de creches e de saúde, agentes de polícia, professores e membros de OSC – participaram do seminário. Os participantes aprenderam a identificar e denunciar sinais de abuso. Eles devem passar adiante o que aprenderam, por meio de palestras para mulheres e

com a defensoria pública para assistência legal para apressar os casos legais e, em alguns casos, ajuda para encontrar abrigo para a família da sobrevivente.

O que contribuiu para essas mudanças?

A chave para o sucesso dessa iniciativa foi o reconhecimento das dificuldades em colocar as leis federais em prática, bem como do potencial da governança descentralizada como um agente de mudança. Além dos funcionários do governo local terem que assumir seu papel na prevenção e atendimento aos casos de VBG, houve também, no âmbito comunitário e domiciliar, incentivo para o desenvolvimento de um senso de responsabilidade compartilhada na divulgação das leis existentes de VBG.

Editado por Alyson Brody, BRIDGE, Instituto de Estudos de Desenvolvimento.

REFERÊNCIAS E LEITURA COMPLEMENTAR

- BRIDGE (2009) 'Gender and Governance', *Cutting Edge Pack*, Brighton: BRIDGE/IDS
http://www.bridge.ids.ac.uk/reports_gend_CEP.html#Governance
- Basu, A. (2000) 'Gender and Governance: Concepts and Contexts', em M. Nussbaum, A. Basu, Y. Tambiah e N. G. Jayal, *Essays on Gender and Governance*, Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<http://data.undp.org.in/hdrc/GndrIniv/Essays%20on%20Gender%20and%20Governance.pdf>
- Felix, M. (2006) 'Gender-based violence in the Philippines: measuring outcomes of public policies', apresentação feita no Fórum 10, Fórum Reunião Anual do Fórum para Saúde, Egito, 29 de outubro a 2 de novembro.
http://www.globalforumhealth.org/filesupld/forum10/F10_finaldocuments/posters/Felix_MariaLeny.pdf
- Human Rights Watch (2004) *Divorced from justice: Egypt's obligations under international law*,
<http://www.hrw.org/en/node/11887/section/9>
- Ato Internacional de Direitos das Mulheres - Watch Ásia Pacífico (IWRAP) (2009) *Producing Shadow Reports to the CEDAW Committee: A Procedural Guide*, Malásia: IWRAP
<http://www1.umn.edu/humanrts/iwraw/proceduralguide-08.html>
- Mukhopadhyay, M. e Meer, S. (2004) *Creating Voice and Carving Space: Redefining Governance from a Gender Perspective*, Amsterdã: Instituto Royal Tropical
http://www.kit.nl/net/KIT_Publicaties_output/ShowFile2.aspx?e=646
- Rai, S. e Waylen, G. (2008) 'Introduction: Feminist Perspectives on Analysing and Transforming Global Governance', em S. Rai e G. Waylen (eds), *Global Governance: Feminist Perspectives*, Basingstoke: Palgrave Macmillan
<http://www.palgrave.com/products/title.aspx?PID=281005>
- Shin, H. (2004) 'CEDAW and Women's Human Rights: Achievements and Obstacles', documento apresentado em Human rights 2004: The Year in Review, Conferência Anual do Centro Castan para a Lei de Direitos Humanos, Universidade Monash
<http://www.law.monash.edu.au/castancentre/events/2004/heisoo-shin-paper.pdf>
- Fundo das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM) (2008) 'Who answers to women? Gender and accountability', *Progress of the World's Women 2008/2009*, Nova York: UNIFEM
<http://www.unifem.org/progress/2008/index.html>
- Instituto Universidade da População das Filipinas (2004) *Young Adult Fertility and Sexuality Study 3*, Cidade de Quezon: Universidade das Filipinas

INBRIEF

Conte o que você achou desta edição!

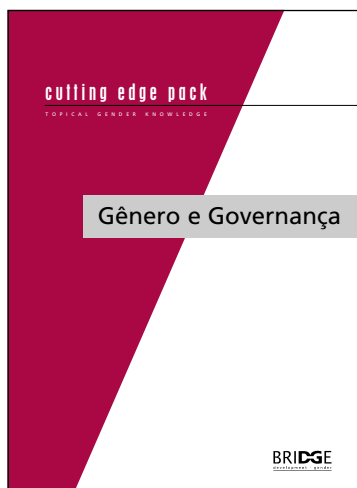
E-mail: bridge@ids.ac.uk ou escreva para:

BRIDGE, IDS, University of Sussex,

Brighton, BN1 9RE, UK

Fax: +44 (0)1273 621202

INBRIEF 21 • Março de 2009



Também disponível em:

cutting edge pack

Gênero e Governança

Além deste informativo, o pacote inclui:

- *Relatório de Panorama Geral*, que descreve as principais questões, apresenta exemplos de prática inovadora e recomendações.
- *Coleção de Recursos de Apoio*, que inclui sumários dos principais recursos, estudos de caso, ferramentas e detalhes de contato para as organizações relevantes.

In Brief também pode ser encontrado em francês e espanhol na página web do BRIDGE ou como cópia impressa, a ser solicitada ao BRIDGE.

BRIDGE

O BRIDGE apóia a defesa de gênero e os esforços de integração realizados por elaboradores de políticas e profissionais, construindo uma ponte sobre as lacunas entre teoria, política e prática com informações acessíveis e diversas sobre gênero. O projeto é especializado em pesquisa sobre gênero e desenvolvimento e serviço de informações, parte de uma família de serviços de conhecimentos, localizada no Instituto de Estudos do Desenvolvimento (IED) no Reino Unido. Este informativo *In Brief* foi realizado com o apoio financeiro do Governo do Canadá, por meio da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA), a Agência Suíça de Desenvolvimento e Cooperação (SDC), o Ministério de Relações Exteriores da Suécia e o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID). Nossos agradecimentos também à Irish Aid e à Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (Sida) por seu constante apoio ao programa BRIDGE.

© Direitos autorais: Instituto de Estudos do Desenvolvimento 2009
978 1 85864 5751

Nossos agradecimentos a Hazel Reeves por seu apoio adicional e a Emily Esplen pela edição.

Para mais informações sobre o BRIDGE, entre em contato com:
BRIDGE, Institute of Development Studies,
University of Sussex, Brighton BN1 9RE, UK
Tel: +44 (0)1273 606261 Fax: +44 (0)1273 621202
E-mail: bridge@ids.ac.uk

Siyanda: banco de dados abrangente sobre gênero e desenvolvimento
<http://www.siyanda.org/>

BRIDGE: download gratuito de todos os nossos relatórios, inclusive o *Cutting Edge Packs* <http://www.bridge.ids.ac.uk>



IDS é uma organização beneficente registrada.

Número da organização beneficente 877338 limitado por garantia e registrado na Inglaterra.